

## **Os Produtores de Alfafa e suas Unidades de Produção Familiar: um estudo em Dezesseis de Novembro/RS**

*Alfalfa Producers and their Family Production Units:  
a study in Dezesseis De Novembro/RS*

**Tatiane Fenner de Barros**

Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Cerro Largo, RS, Brasil.

ORCID <http://orcid.org/0000-0001-5746-3282>

**Carlos Eduardo Ruschel Anes**

Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Cerro Largo, RS, Brasil.

ORCID <http://orcid.org/0000-0001-7508-3777>

**Dionéia Dalcin**

Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Cerro Largo, RS, Brasil. ORCID

<http://orcid.org/0000-0003-1398-1314>

### **Resumo**

A agricultura representa uma oportunidade para a geração de emprego e renda no meio rural. Assim, o presente artigo objetiva analisar, a partir de conceituações sobre território, os produtores de alfafa e suas unidades de produção no município de Dezesseis de Novembro/RS. A abordagem metodológica deste estudo se classifica em pesquisa qualitativa, baseada no método descritivo. Para a coleta de dados foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturado, aplicados em 15 produtores de alfafa do município de Dezesseis de Novembro/RS. Para a análise de dados, a técnica de estatística descritiva foi utilizada. Os resultados demonstram que os entrevistados estão em propriedades com até 40 hectares (70%); a mão de obra predominante é a familiar e diarista e a renda bruta das famílias entrevistadas (80%), por sua vez, varia entre 2 e 10 salários mínimos. A alfafa é produzida em todas as propriedades e há a diversificação na produção. Em sua maioria, a gestão das propriedades é de responsabilidade masculina, sendo sua principal ocupação a Agricultura, e sua faixa etária variando entre 31 e 60 anos (70%). Além disso, a pesquisa evidenciou a necessidade de novos estudos sobre temas relativos ao meio analisado, a saber: a saída dos jovens do meio rural, o envelhecimento da população, a preocupação com a sucessão familiar, e o trabalho feminino nas famílias produtoras de alfafa. Em linhas gerais, isso evidencia as dificuldades e contradições que se estabelecem no território por meio das transformações e ações dos produtores de alfafa e suas interações com outros atores.

**Palavras – chave:** Alfafa. Desenvolvimento. Agricultura Familiar.

### **Abstract**

Agriculture is an essential segment for generating employment and income in rural area. In light of this, the present article intends to analyze, based on concepts about territory, the alfalfa producers and their production units in the city of *Dezesseis de Novembro/RS*. As for its methodological approach, this study can be classified as qualitative research, based on the descriptive method. Data collection consisted of semi-structured interview scripts given to a sample of 15 alfalfa producers that were located in their own Family Production Units in the city of *Dezesseis de Novembro/RS*. For data analysis, the descriptive statistics technique was used. Results show that the interviewees live in properties of 40 hectares of land (70%); familiar and diarist is the predominant labor and the gross income of the interviewed families varies between 2 and 10 minimum wages. Alfalfa is produced in every property and the production is diversified. Property management is mostly made by men, whose main occupation is agriculture, and are members of the 31-60 age group (70% of the interviewees). Moreover, this research shows that new studies can be done based on this thematic, namely: the rural exodus of young people in *Dezesseis de Novembro*, the population aging and the consequent concern with familiar succession and, finally, the female labor in the families of alfalfa producers in this city. In general terms, this fact shows the difficulties and contradictions that are established in the territory through transformations and actions of the alfalfa producers and their interactions with other social actors.

**Keywords:** Alfalfa. Development. Family farming.

### **Introdução**

A Agricultura é, certamente, um segmento de relevância para o crescimento socioeconômico de diversos países (BRUM; TRENNEPOHL, 2004; LOPES, et al., 2016). Ainda que algumas interpretações teóricas sobre desenvolvimento afirmem que há pouca participação dessa atividade no crescimento econômico (NORTH, 1977), no Brasil, o setor agrícola ocupa uma posição de destaque na economia (DALCIN, 2013). Isso porque a Agricultura, como um todo, e a familiar, em especial, desempenha funções vitais na geração de emprego e renda, e sua capacidade de gerar efeitos a jusante e a montante torna esse setor um dos mais importantes para a nossa economia (LOPES et al., 2016).

Por outro lado, a Agricultura apresenta contradições quando abordada a partir do conceito de território. Para Pecqueur (2000), o território pode ser compreendido de duas maneiras: a primeira, considera a noção de que o território é estabelecido por decisões políticos-administrativas, planejadas de cima para baixo (*topdown*), numa perspectiva de região pré-concebida; a segunda, por sua vez, apresenta o território como construído a partir da interação de atores sociais, em um espaço geográfico, com a finalidade de atender demandas comuns (PECQUEUR, 2000).

Na verdade, a conceituação apresentada por Pecqueur (2000) vai ao encontro de acontecimentos recentes da história de nosso país. Como exemplo, destaca-se a criação das políticas públicas direcionadas aos pequenos agricultores familiares a partir da década de noventa, que, conseqüentemente, geraram um espaço para tal debate nas discussões governamentais e agendas públicas no Brasil. O principal objetivo dessas políticas públicas foi valorizar e reconhecer os pequenos agricultores enquanto categoria social, cuja denominação recebida foi a de “agricultores familiares”. Assim, ganha destaque a legitimação do Estado enquanto provedor e articulador de políticas públicas voltadas especificamente para o desenvolvimento rural, através da atenção dada às necessidades dessa parcela da população (CAZELLA; MATTEI; SCHNEIDER, 2004).

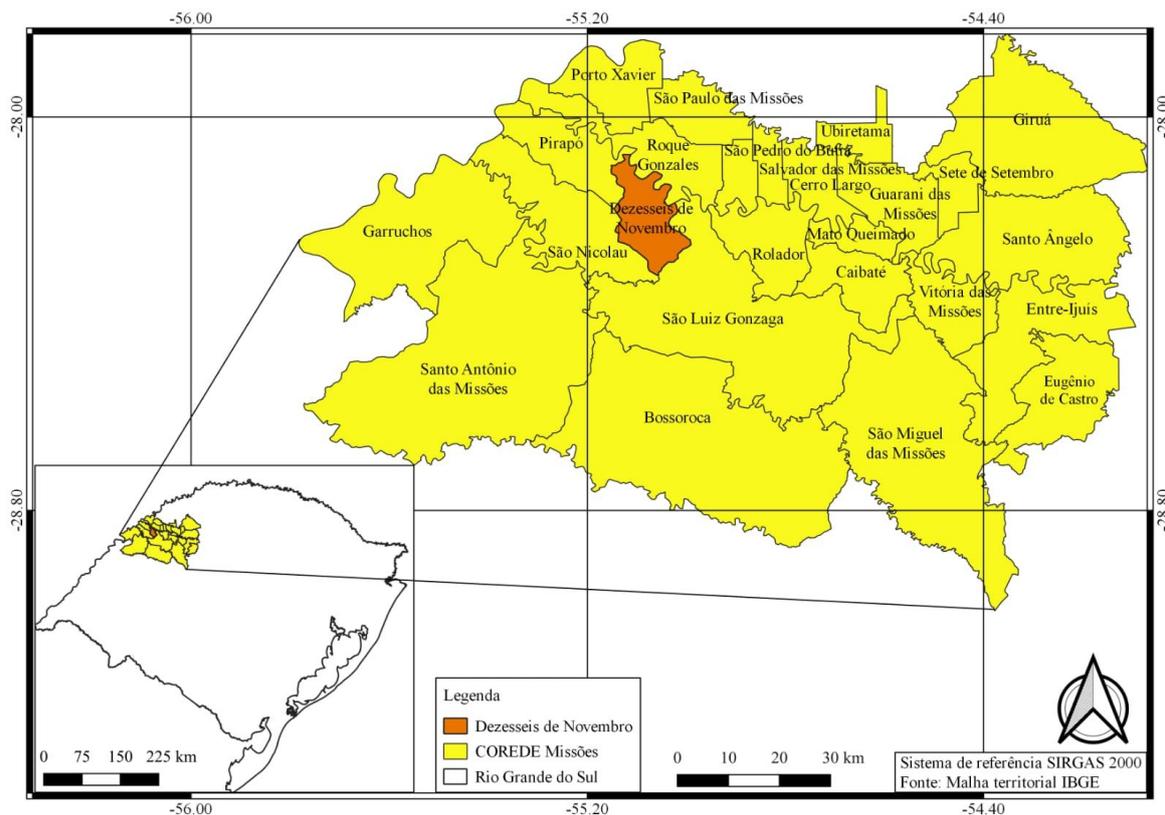
Em vista disso, o objetivo deste estudo é analisar, a partir de conceituações sobre território, os produtores de alfafa e suas unidades de produção no município de Dezesseis de Novembro/RS. Para tanto, uma contextualização histórica sobre os produtores de alfafa foi apresentada, bem como levantados dados por meio de entrevistas, cujos objetivos foram identificar o perfil das famílias, seus núcleos familiares, além da estrutura das unidades de produção familiar do município.

Desse modo, a seção 1 apresenta uma breve contextualização teórica e empírica sobre o tema e o propósito do estudo. Na seção 2, faz-se uma descrição histórica do município de Dezesseis de Novembro; a seção 3 é destinada à revisão da literatura sobre o desenvolvimento rural e a Agricultura; a seção 4, por sua vez, apresenta os fundamentos metodológicos que embasam este estudo, enquanto que na seção 5 são descritos os resultados da pesquisa. Por fim, as considerações finais e as referências utilizadas são apresentadas.

### **O Município de Dezesseis de Novembro e a produção de alfafa**

Dezesseis de Novembro é um dos 497 municípios do estado do Rio Grande do Sul, localizado na Fronteira Sul do Brasil, e geograficamente situado no Noroeste. O município está inserido na região das Missões, uma das “regiões brasileiras mais intensamente afetadas pelas mudanças na base técnica da agricultura ocorridas a partir dos anos 70” (GRISA; NIERDELE, 2008, p. 46). Foi nesse contexto que teve início “uma política homogeneizadora que, por muitos anos, ocultou a capacidade de organização dos agricultores, retirando-lhes poder de decisão e colocando-os como meros receptores de tecnologias e políticas” (KARNOPP et al., 2016, p. 667).

**Mapa 1 - Localização Geográfica de Dezesseis de Novembro/RS dentro do COREDE Missões**



Fonte: Elaborado pelos autores, 2019

De acordo com a Secretaria de Planejamento do Rio Grande do Sul, o município abrange a Região Funcional de Planejamento 07 e integra o Conselho Regional de Desenvolvimento - COREDE Missões. Dezesseis de Novembro possui uma área territorial de 216, 8 km<sup>2</sup>, com aproximadamente 2.678 habitantes (FEE, 2017), tendo como limites físicos territoriais os municípios de São Luiz Gonzaga, São Nicolau, Roque Gonzales e Pirapó, como é possível perceber no Mapa 1.

Dados do perfil socioeconômico do município de Dezesseis de Novembro, segundo a Secretaria de Planejamento do Rio Grande do Sul, denotam um índice de Desenvolvimento Socioeconômico de 0,611, o segundo mais baixo do COREDE Missões (COREDE, 2015). O IDESE do município é resultado dos índices alcançado em três segmentos: educação, saúde e renda, como mostra a Tabela 1.

**Tabela 1 – IDESE - Municípios do COREDE Missões**

Municípios	IDESE		Bloco Educação		Bloco Renda		Bloco Saúde	
	Índice	Posição	Índice	Posição	Índice	Posição	Índice	Posição
Bossoroca	0,680	349	0,732	150	0,538	414	0,770	454
Caibaté	0,716	259	0,736	143	0,601	318	0,812	321
Cerro largo	0,781	88	0,779	35	0,718	119	0,844	186

OS PRODUTORES DE ALFAFA E SUAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR: UM ESTUDO EM DEZESSEIS DE NOVEMBRO/RS

Dezesseis de Novembro	0,611	467	0,608	392	0,427	483	0,799	369
Entre-Ijuís	0,690	327	0,674	292	0,600	320	0,797	377
Eugênio de Castro	0,704	294	0,653	322	0,661	214	0,798	376
Garruchos	0,668	369	0,613	386	0,610	296	0,780	434
Giruá	0,711	275	0,696	249	0,647	238	0,790	405
Guarani das Missões	0,742	190	0,749	102	0,650	231	0,828	259
Mato Queimado	0,703	302	0,728	164	0,593	333	0,787	414
Pirapó	0,657	400	0,697	241	0,507	449	0,765	463
Porto Xavier	0,698	308	0,759	74	0,524	435	0,811	331
Rolador	0,674	361	0,644	338	0,553	393	0,825	273
Roque Gonzales	0,693	319	0,713	201	0,560	386	0,806	354
Salvador das Missões	0,777	99	0,777	39	0,675	193	0,880	64
Santo Ângelo	0,745	181	0,763	62	0,688	170	0,785	422
Santo Antônio das Missões	0,664	377	0,691	263	0,539	413	0,763	466
São Luiz Gonzaga	0,717	257	0,740	127	0,623	276	0,787	412
São Miguel das Missões	0,642	435	0,600	405	0,526	432	0,800	367
São Nicolau	0,607	474	0,544	470	0,492	458	0,784	425
São Paulo das Missões	0,739	197	0,792	19	0,585	346	0,841	204
São Pedro do Butiá	0,786	78	0,763	59	0,706	141	0,889	40
Sete de Setembro	0,709	280	0,762	67	0,529	426	0,837	222
Ubiretama	0,661	390	0,616	382	0,610	298	0,757	475
Vitória das Missões	0,647	422	0,705	223	0,455	480	0,781	432
COREDE Missões	<b>0,721</b>	<b>16</b>	<b>0,729</b>	<b>7</b>	<b>0,637</b>	<b>19</b>	<b>0,796</b>	<b>21</b>
Estado do RS	<b>0,744</b>	-	<b>0,685</b>	-	<b>0,745</b>	-	<b>0,804</b>	-

Fonte: FEE, 2015

A respeito do contexto histórico do município de Dezesseis de Novembro, cabe ressaltar que há uma escassez de fontes para a pesquisa (KIPPER, 2007). Sabe-se que o município apresenta um cenário de colonização italiana, alemã, e polonesa, ainda que em menor proporção. Por outro lado, seus primeiros povoadores foram os indígenas, fato evidenciado pelos vestígios de artefatos de cerâmica encontrados no território e pela posição geográfica que ocupa em relação às Reduções de São Nicolau e São Lourenço. Vindos das mais diversas regiões, esses primeiros colonizadores viviam de acordo com suas próprias tradições e levavam um modo de vida singular, com sua sobrevivência baseada na lavoura de subsistência e na criação de animais (KIPPER, 2007).

Cabe ressaltar, ainda, que grande parte das transformações que tem ocorrido em Dezesseis de Novembro ao longo do tempo é resultado da sua colonização. Dessa forma, pode-se compreender o impacto desse processo: tais transformações vão deixando “marcas” no território, ocupado por colonizadores de várias origens. Segundo Etges (2001, p. 3), a sociedade que ocupa e se apropria de determinado território, “[...] vai imprimindo as suas marcas; quanto mais desenvolvida ela for, no sentido de dispor

## OS PRODUTORES DE ALFAFA E SUAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR: UM ESTUDO EM DEZESSEIS DE NOVEMBRO/RS

de tecnologia para intervir na natureza, mais ela vai moldando o território, visando atender às suas necessidades ou interesses”.

De acordo com a história oficial do município, o primeiro núcleo populacional de pessoas não indígenas foi formado em 1942, quando as famílias de João Paulo Ricacheski e Severiano Monge, ambas vindas de Guarani das Missões, vieram para a região. Enquanto João Ricacheski fixou moradia na esquina acima de onde hoje se localiza a praça central do município, Severiano Monge foi morar a oeste desta. Os primeiros alemães de que se tem registro passaram a colonizar a área segundo os preceitos da religião evangélica luterana, além de figurarem na história do município até hoje, a saber: Hugo Hoff - que atualmente é o nome da Praça Municipal - e Daniel Schneider. Posteriormente, os colonizadores italianos também fixaram moradia em Dezesseis de Novembro e trouxeram consigo os princípios católicos (KIPPER, 2007).

A respeito da origem do nome do município, Dezesseis de Novembro, há algumas contradições. A versão mais aceita é a proposta pelos estudos de Kipper (2007): no dia 16 de novembro de 1941, com o intuito de construir uma residência, o senhor João Paulo Ricacheski teria derrubado a primeira árvore na quadra ao sul de onde se localiza atualmente a sede do município. Ao longo dos anos, outras famílias fixaram residência no território, e em 1945, a pedido dos moradores, Hugo Hoff e Daniel Schneider organizaram uma festa cujo objetivo era estabelecer um nome para a localidade-sede. Assim, o nome Dezesseis de Novembro foi unanimidade, pois esse já era o apelido do local, uma vez que todos conheciam a expressão “foi no dia 16 de novembro”, frequentemente contada por Ricacheski para se referir ao dia da derrubada da primeira árvore. Conforme Kipper (2007), o nome fora oficializado na data de criação do Distrito de Dezesseis de Novembro.

A emancipação político-administrativa de Dezesseis de Novembro foi instituída no ano de 1988 pela Lei Estadual Nº 8.555, de 11/04/1988, desmembrando-o do município vizinho, São Luiz Gonzaga. Primeiramente, a área que hoje compreende Dezesseis de Novembro pertenceu à grande região do município de Rio Pardo que, à época, possuía extensão equivalente a quase metade do território rio-grandense. Posteriormente, o território passou a pertencer sucessivamente a Cruz Alta, Santo Ângelo e, por fim, a São Luiz Gonzaga. O processo emancipacionista aconteceu através do empenho conjunto de uma comissão de líderes partidários e comunitários, que deu início a um plebiscito favorável para a criação do novo município (RASSINI, 1998).

Em 1989, foi dado ao jovem município o título de “Capital Brasileira da Alfafa”, isso porque a produção dessa forrageira era a principal fonte de renda para pequenos produtores rurais do município. A alfafa, de nome científico *Medicago sativa* L, é uma leguminosa forrageira perene, considerada a “rainha das forrageiras” por produzir uma forragem tenra, suculenta e muito palatável aos animais. Além disso, é uma planta da família Leguminosa e subfamília Papilionoideae, com origem na Ásia menor e sul do Cáucaso (RASSINI, 1998).

Segundo Rassini (1998), desde 1991, a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-Pecuária Sudeste) pesquisa a forrageira. Com o objetivo de solucionar ou minimizar alguns problemas básicos limitantes ao seu cultivo, a pesquisa com a alfafa é pertinente, dado que uma das principais características desta planta, além de seu alto valor nutritivo, é a sua fácil adaptação. Apesar de ser considerada típica de regiões de clima temperado, a alfafa possui boa capacidade de adaptação a diferentes climas e altitudes - desde o nível de mar até altos vales, podendo, portanto, ser cultivada em praticamente todos os solos.

Aliás, a alfafa é um dos principais produtos plantados no município de Dezesseis de Novembro. Naturalmente, há outros produtos cultivados no município, tais como a soja, o milho, e o trigo, comumente usados para fins de autoconsumo. Além disso, grande parte das famílias exerce também a atividade pecuária (ANTONOV, 2007). Assim, essa forrageira se destaca por ser um produto com rápido retorno financeiro, o que gera renda em um curto período e ao longo do ano todo, fatos que incentivam pequenos produtores a investirem em sua produção.

No município de Dezesseis de Novembro, a produção de alfafa se caracteriza por ser feita em pequenas áreas, especialmente em propriedades rurais familiares. Cabe destacar ainda a quantidade da forrageira plantada em número de hectare, variando entre 0,5 hectare e 20 hectares, majoritariamente feita através de mão de obra familiar, o que garante a geração de renda para essas famílias. Assim, a família possui autonomia na produção da forrageira, fazendo do agricultor ator de todo o processo, que se inicia no plantio até a troca monetária (BARROS, 2007). De certa maneira, o modo de produção da forrageira pelos produtores possui características próprias que, por se caracterizar por baixos índices de tecnologia aplicada, ausência de processo definido, e utilização intensiva de mão de obra, acaba se tornando uma resistência contra a imposição da lógica econômica industrial (ANES; DEPONTI; AREND, 2018).

Em 1989, o município se autointitulou “Terra da Alfafa”, passando a fazer uso do slogan “Capital Brasileira da Alfafa” – isso porque a população acreditava ser pioneira na produção da planta no país. Entretanto, convém ressaltar que tal título deve-se muito mais à grande produção da forrageira na cidade, do que com pioneirismo *per se*. Ainda, há a hipótese da necessidade de autoafirmação identitária do município que, à época, fora recém-emancipado (BARROS, 2007).

### **O Desenvolvimento Rural, a Agricultura Familiar e o Território**

Desenvolvimento rural é parte do conceito de Desenvolvimento, compreendido como um subtema relevante porque abarca possibilidades de avanços em inúmeras áreas e, por isso, figura nas agendas governamentais e debates teóricos. Como a Agricultura é uma das práticas mais antigas e importantes para a constituição de uma sociedade, há a necessidade de alocar a parcela da população que depende das atividades rurais.

Ainda, o significativo peso econômico dessa atividade em diversos países, mesmo naqueles com economias consolidadas na tecnologia de base industrial, justifica o interesse nesse tema (NAVARRO, 2001).

Primeiramente, é interessante notar que ocorreu uma redefinição do que se entende por espaço rural. Schneider (2005), por exemplo, concebe a delimitação espacial apenas como um recorte prático para refletir sobre a dimensão rural do desenvolvimento. Isso porque o que realmente interessa é a compreensão dos processos de mudanças sociais estabelecidas nos espaços rurais que, ao fim e ao cabo, são o que acabam redefinindo as relações.

A redefinição, em nível nacional, do conceito de espaço rural remonta ao período em que a Agricultura passa a integrar o projeto de desenvolvimento dito “modernizador”, denominado “Revolução Verde”. Na verdade, esse projeto impôs um novo entendimento do que se designava como rural. O crescimento da produtividade e o volume global de produção são decorrentes de um incremento patrimonial por parte dos agricultores, que investiram substancialmente em maquinários e estruturas de produção diversificadas. Ainda assim, o aumento de capital em forma de patrimônio nem sempre significou aumento da rentabilidade para as famílias agricultoras que, por vezes, precisam se dedicar a outras atividades não agrícolas para obtenção de renda (SCHNEIDER, 2005).

Adotado a partir da década de sessenta em nível mundial, o projeto de modernização da Agricultura reconfigura sob a égide das aspirações capitalistas. Como consequência, o Estado passou a intervir na implantação e uso de tecnologias neste setor, com a intenção de estimular a competitividade e aumento da produtividade através de padrões industriais e comerciais. Esse foi um dos motivos pelos quais os pequenos produtores, por vezes incapazes de atender a esses padrões, acabaram por ser marginalizados (GRISA; SCHNEIDER, 2015). A “marginalização” dos pequenos produtores pode ser explicada por diversos motivos, em especial: a tentativa de imposição do imperialismo econômico, que estava por trás do projeto de modernização da Agricultura, de um pacote tecnológico baseado numa racionalidade instrumental, econômica e industrial. Tal implementação, no entanto não conseguiu abarcar o modo de produção artesanal presente nas atividades produtivas de muitas famílias de produtores rurais. Assim, pequenos produtores rurais preservaram certa autonomia das suas atividades em relação ao mercado, resistindo ao “modelo” modernizador imposto.

Por outro lado, deve-se considerar também que há regiões em que a Agricultura parece estar amplamente integrada ao mercado global pela lógica econômica das *commodities* agrícolas, mas, mesmo nesses locais, encontram-se diferenças específicas que impossibilitam a formulação de afirmativas que homogeneizem a atividade (GRISA; NIEDERLE, 2008). Segundo Grisa e Nierdele (2008), são inúmeros os motivos que justificam essa heterogeneidade, tais como: a diversidade enraizada nas distintas

formas familiares que abrangem o espaço rural, além das diferentes perspectivas dos atores sociais que habitam este espaço.

Em fins da década de oitenta, concomitante ao processo de redemocratização do Brasil, abertura política e promulgação da Constituição Federal de 1988, alguns agricultores considerados com baixo potencial produtivo para o mercado e prejudicados pelas políticas excludentes das décadas anteriores fazem suas vozes serem ouvidas. Para tanto, recorrem à noção de que a Agricultura não é uma atividade meramente econômica e, assim, passam a estar presentes nas arenas de discussões para a formulação de políticas públicas e legitimação do papel do Estado (CAZELLA; MATTEI; SCHNEIDER, 2004).

Até o período supracitado, esses agricultores eram enquadrados como pequenos agricultores, agricultores de baixa renda, miniprodutores ou pequenos produtores e, “com isso, além de disputarem o crédito com as demais categorias, eles eram obrigados a seguir a mesma rotina bancária para obter um empréstimo que tinha o perfil voltado para o grande produtor” (AQUINO; SCHNEIDER, 2015, p. 55). Após tal mudança, esses produtores passam gradualmente a ganhar atenção especial, ainda que tardiamente em relação aos estudos em países desenvolvidos (SCHNEIDER, 2003), e recebem, inclusive, uma nova denominação: “agricultores familiares” (GRISA, 2010 p. 84).

Estudos realizados pela FAO/INCRA e pesquisas feitas pelo IBGE para a elaboração do texto da Lei 11.326/2006 denominam como agricultor não-familiar aqueles agricultores patronais, cujos estabelecimentos possuem mais de quatro módulos fiscais, com mão de obra assalariada, gestão e administração com funções próprias. Cabe ressaltar que o importante nessa seleção de critérios não é o recorte espacial por tamanho da área em módulos, “mas por suas relações sociais de produção, se familiares ou do tipo patrão/empregado” (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2018, p. 127). Nesse sentido, ambas as agriculturas, familiar e patronal, representam segmentos importantes para a economia do país, como um todo, e para cada região, em particular (LEITÃO; BRISOLA; COSTA, 2008). Conforme a Fundação de Economia e Estatística – FEE (2017), no Rio Grande do Sul, a maior parcela dos estabelecimentos agropecuários enquadra-se nos critérios definidores da Agricultura familiar.

A conceituação sobre o desenvolvimento rural a partir da década de noventa, através da criação de políticas públicas de incentivo ao meio rural, mostra que os atores sociais possuem um importante papel nas suas unidades de produção, em especial naquelas em que eles são a própria mão de obra, isto é, a familiar. Além da força de trabalho, os agricultores têm a função de gestão da unidade, cuja estrutura complexa envolve inúmeros fatores, entre eles o processo de tomada de decisão (LOURENZANI, 2006). Em vista disso, busca-se conhecer os produtores de alfafa e suas unidades de produção, apresentando suas características e contradições numa abordagem voltada para reflexões sobre o desenvolvimento rural.

Referências que se incorporam a discussão de território e saber local, na compreensão do arranjo produtivo da alfafa e sua relação com as características da unidade familiar e o desenvolvimento rural. Conforme Santos (1999, pp. 18-19), “[...] quando uma empresa, uma instituição, um grupo, agem sobre uma fração do território, num momento “T” do tempo, não desconsideram o que ali já existe, ou seja, não só as coisas mas também os homens e as relações”, assim, “[...] o território tem de ser visto como algo que está em processo”. Por isso, a análise da dimensão territorial dos processos de desenvolvimento ganha espaço científico e avança para a compreensão da diversidade presente no território (ETGES; KARNOPP, 2020). E, como consequência, a dimensão da particularidade se manifesta no território por meio da região “[...] que expressam características políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais também particulares, configuradas ao longo do tempo, nas diversas porções da superfície terrestre” (ETGES; KARNOPP, 2020, p. 269), como no caso dos produtores de Alfafa de Dezesseis de Novembro.

### **Fundamentos Metodológicos**

A abordagem metodológica deste estudo é classificada como pesquisa qualitativa, baseada no método descritivo. A esse respeito, Taylor e Bogdan (1998) afirmam que os pesquisadores qualitativos são sensíveis aos efeitos que causam nas pessoas que são objeto do seu estudo, uma vez que visam a compreensão das pessoas dentro dos seus próprios marcos de referência. Por isso, como o objetivo desse estudo é analisar, a partir de conceituações sobre território, os produtores de alfafa e suas unidades de produção no município de Dezesseis de Novembro/RS, esse método pode ser considerado como o mais apropriado.

No que tange aos dados levantados, constituíram-se a partir de fontes secundárias e primárias. Como fontes secundárias, dados coletados em repositórios e bases de informações acadêmicas disponibilizadas em bibliotecas e em ambiente *web* foram utilizados para fins de embasamento teórico.

As fontes primárias, por seu turno, foram coletadas por meio da aplicação de roteiro de entrevista semiestruturada. De um total de 79 produtores de alfafa, conforme informações disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Agricultura de Dezesseis de Novembro, foram coletados dados com 15 produtores. Os 15 produtores foram divididos nos seguintes grupos: Grupo A: 5 unidades familiares que produzem entre 0,5 a 5 hectares de plantação de alfafa; Grupo B: 6 unidades que produzem entre 6 e 14 hectares; Grupo C: 4 unidades nas quais a área plantada de alfafa varia entre 15 e 20 hectares.

Além da quantidade de área em hectares, a seleção dos produtores de alfafa que fizeram parte da amostra levou em conta a localidade. A Tabela 2 apresenta o número de produtores, bem como a quantidade de hectares de alfafa plantados no município

OS PRODUTORES DE ALFAFA E SUAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR: UM ESTUDO EM DEZESSEIS DE NOVOEMBRO/RS

de Dezesseis de Novembro, os quais serviram de base para a obtenção da amostra deste estudo.

**Tabela 2 – Localidade e hectares dos produtores de Alfafa de Dezesseis de Novembro**

Localidade	Grupo A 0,5 a 5 ha	Grupo B 6 a 14 ha	Grupo C 15 a 20 ha	Localidade	Grupo A 0,5 a 5 ha	Grupo B 6 a 14 ha	Grupo C 15 a 20 ha
Bacião	1	1		Rincão dos Araújo	2	1	
Bom Retiro	4	1	1	Rincão dos Hoffmann	1		
Esquina Biotônico	11	8	1	Rincão dos Ledur	1		
João de Castilhos	7	1	1	Saltinho	1		
Laranjal	2			Rincão São João	4		1
Nova Florida	8	4	1	Sede	3		
Ouro Verde	1			Serra São Jerônimo	2	1	
Palma	1			Tabuleiro	8		

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020

A coleta de dados foi realizada de setembro a outubro de 2019 *in loco* nas unidades de produção. Os dados coletados foram tabulados através da plataforma *Libre Office* utilizando os recursos do *Writer* e do *Calc*. Posteriormente, foram analisados por estatística descritiva que teve por finalidade descrever, resumir e totalizar, por meio de quadros e tabelas, os dados da pesquisa.

### **Os produtores de alfafa de Dezesseis de Novembro e suas unidades de produção**

Nesta seção, os principais resultados da pesquisa realizada a partir da coleta e análise dos dados são discutidos. Assim, no Quadro 1, as principais características das Unidades de Produção Familiar (UPF) são apresentadas, enquanto no Quadro 2, especificamente, trata-se das famílias produtoras de alfafa do município de Dezesseis de Novembro.

OS PRODUTORES DE ALFAFA E SUAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR: UM ESTUDO EM DEZESSEIS DE NOVOEMBRO/RS

**Quadro 1 - Características das unidades de produção familiar pesquisadas.**

<b>Localidades Visitadas</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>Mão de obra</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Bacião	1	6,6 %	Apenas Familiar	6	40%
Bom Retiro	1	6,6%	Diarista e familiar	9	60%
Esquina Biotônico	4	27%	TOTAL	15	100%
João de Castilhos	1	6,6%			
Nova Florida	4	27 %			
Rincão São João	2	13%			
Saltinho	1	6,6%			
Tabuleiro	1	6,6%			
TOTAL	15	100%			
<b>Área das propriedades</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>Assistência Técnica</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Até 10 ha	4	27%	Recebem	9	60%
10,1 a 20 ha	3	20%	Não Recebem	6	40%
20,1 a 30 ha	2	13%	TOTAL	15	100%
30,1 a 40 ha	2	13%			
Acima de 40 ha	4	27%			
TOTAL	15				
<b>Renda Bruta Mensal</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>Internet</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Até 2 salários mínimos	2	13%	Tem acesso	14	93%
2 a 5 salários mínimos	7	47,3%	Não tem acesso	1	7%
6 a 10 salários mínimos	5	33%	TOTAL	15	100%
Acima de 20 salários mínimos	1	7%			
TOTAL	15	100%			
<b>Atividades produtivas das UPF*</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>Local de Comercialização*</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Alfafa	15	100%	Cooperativa	6	20%
Bovinocultura de Corte	8	53,3%	Comercialização Direta	13	44%
Soja	5	33,3%	Empresas privadas	10	33%
Milho	5	33,3%	Agroindústria	1	3%
Aveia	1	6,6%			
Subsistência	15	100%			
Produção artesanal de queijos	1	6,6%			

\*Questões de múltipla escolha, nas quais os entrevistados podiam selecionar mais de uma alternativa.  
Fonte: Elaborado pelos autores, 2020

Como já mencionado, o Quadro 1 apresenta as principais características das propriedades pesquisadas. Foram visitadas 15 propriedades em diferentes localidades no município de Dezesseis de Novembro, entre elas: Bacião, Bom Retiro, Esquina Biotônico, João de Castilhos, Nova Florida, Rincão São João, Saltinho e Tabuleiro, conforme descrito na seção da metodologia. A respeito do tamanho das propriedades, pode-se afirmar que variam entre propriedades com menos de 10 hectares, entre 10 e 40 hectares e acima de 40 hectares: para a amostra, a maioria das unidades selecionadas caracteriza-se como pequenas e médias propriedades (até 30ha). A maior parte das propriedades (60%) recebe assistência técnica, majoritariamente realizada pela

## OS PRODUTORES DE ALFAFA E SUAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR: UM ESTUDO EM DEZESSEIS DE NOVEMBRO/RS

EMATER, e 93% delas possuem acesso à internet, principalmente via aparelho *smartphone*. O acesso à Internet é feito para pesquisas de forma geral, que vão desde a busca por preços de insumos e produtos, até informações sobre a previsão do tempo. Quanto à renda bruta mensal das famílias entrevistadas, cabe ressaltar que varia entre uma renda menor do que 2 salários mínimos e acima de 40 salários mínimos - tendo como referência o primeiro semestre do ano de 2019 - a esse respeito, é oportuno mencionar que 60,3% tem renda de até 5 salários mínimos.

Além disso, nas unidades visitadas, a mão de obra predominante é a familiar, ainda que em 9 unidades haja diaristas trabalhando. Em 13 UPFs, a alfafa é a principal atividade produzida em nível de importância financeira, isto é, a alfafa prevalece como geração de fonte de renda e emprego para a sobrevivência do núcleo familiar. Naturalmente, há outras atividades produzidas nas unidades em nível de importância financeira, tais como, a bovinocultura de corte, o milho, a soja, a produção artesanal de queijos e a aveia. Esses produtos são negociados através de comercialização direta, com empresas privadas, cooperativa e agroindústrias.

Ainda que não seja uma atividade produtiva, a aposentadoria foi mencionada como sendo uma renda primordial para algumas famílias entrevistadas. Isso talvez justifique o motivo pelo qual os entrevistados de todas as unidades mencionaram que há a produção para o autoconsumo. Esse fato demonstra que há a diversificação das atividades na maior parte das propriedades, o que, para Funk (2008), faz com que os agricultores não fiquem dependentes apenas de uma única atividade, permitindo que tenham mais segurança em relação à renda para o sustento da família.

Após a apresentação explicativa das principais peculiaridades das propriedades visitadas na amostra, é fundamental apresentar as características dos entrevistados e o núcleo familiar dos produtores de alfafa de Dezesseis de Novembro. Nas 15 entrevistas realizadas, os protagonistas foram pessoas do sexo masculino, que se apresentaram como gestores da propriedade. Em apenas 3 casos observados, as mulheres demonstraram assumir também a função de gestora da unidade familiar de produção juntamente com seus cônjuges.

A esse respeito, Silva e Schneider (2010) salientam que o trabalho familiar na Agricultura ainda legitima desigualdades entre os gêneros, podendo, por vezes, enraizar privilégios ao homem-marido na propriedade. Ainda, Camarano e Abramovay (1998) esclarecem que a crescente masculinização da população rural no Brasil é fruto de um predomínio do fluxo migratório rural-urbano mais acentuado entre o sexo feminino. Na verdade, diversos estudos ressaltam a importância de “estudar a situação da mulher e as relações de gênero no meio rural” (SILVA; SCHNEIDER, 2010, p. 08).

Sobre a composição do núcleo familiar dos entrevistados (Quadro 2), os dados coletados demonstram que 80% das famílias são consistidas por 2 ou 3 membros. Em interpretação análoga, Camarano e Abramovay (1998) apud Silvestro et al. (2001)

OS PRODUTORES DE ALFAFA E SUAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR: UM ESTUDO EM DEZESSEIS DE NOVEMBRO/RS

sugerem que a redução do tamanho das famílias no meio rural pode ser explicada pela queda da taxa de fecundidade total.

Em relação aos descendentes que moram com seus progenitores na UPF, nas 15 unidades visitadas, 8 dos descendentes são crianças e/ou adolescentes, variando entre 1 e 2 filhos. Em 2 UPFs visitadas havia 1 filho adulto integrando o núcleo familiar, enquanto nas outras 5 unidades os filhos não residiam no núcleo familiar. Nesses casos, os entrevistados mencionaram que “os filhos saíram para estudar e não voltaram”, alguns “casaram” e/ou foram em “busca de emprego”.

Isso pode ser compreendido à luz das significativas transformações que as sociedades rurais contemporâneas têm enfrentado. Os filhos, que hoje deixam o meio rural para aprimorar suas habilidades educacionais e profissionais, ou para o matrimônio, buscam suas próprias identidades à parte do meio rural. Isso reflete “no âmbito das visões de mundo, estilos de vida, modalidades de trabalho e, sobretudo, dos processos de tomada de decisão” (TROIAN et al., 2011, p. 351) e pode trazer à baila a problemática da desvalorização do meio rural pelos jovens, uma vez que eles deixam o meio rural em busca de novos horizontes pessoais e/ou profissionais (TROIAN et al., 2011).

Quanto à ocupação dos entrevistados, os 15 gestores das UPFs responderam que sua principal atividade é a Agricultura. Assim, este estudo corrobora a importância dessa atividade para a sobrevivência no meio rural entre os produtores de alfafa. Além disso, reforça-se a interpretação de que a Agricultura, como um todo, e a familiar, particularmente, desempenha uma função vital na manutenção/geração de emprego e renda no meio rural (LOPES et al., 2016).

**Quadro 2 – Caracterização dos produtores de Alfafa entrevistados em Dezesesseis de Novembro e seu núcleo familiar**

<b>Idade dos Entrevistados</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>Escolaridade dos entrevistados</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
30 anos ou menos	1	6,8%	Ensino Fundamental	5	33%
31 a 40 anos	4	26,6%	Incompleto	2	13%
41 a 50 anos	3	20%	Ensino Médio	7	53%
51 a 60 anos	4	26,6%	Incompleto	1	7%
Acima de 60 anos	3	20%	Ensino Superior	15	100%
TOTAL	15	100%	TOTAL		
<b>Membros em cada UPF</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>Idade das mulheres</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
2 membros	4	27%	30 anos ou menos	1	6,8%
3 membros	8	53%	31 a 40 anos	4	26,6%
4 membros	2	13%	41 a 50 anos	3	20%
5 membros	1	7%	51 a 60 anos	5	33,3%
TOTAL	15	100%	Acima de 60 anos	2	13,3%

OS PRODUTORES DE ALFAFA E SUAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR: UM ESTUDO EM DEZESSEIS DE NOVENBRO/RS

			TOTAL	15	100%
<b>Presença de filhos no núcleo familiar</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>Ocupação das mulheres</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Crianças e adolescentes	8	53%	Agricultora	5	33%
Filhos Adultos	2	13%	Agricultora e	3	20%
Não residem no núcleo	5	34%	aposentada	1	7%
TOTAL	15	100%	Agricultora e	2	13%
			estudante	1	7%
			Aposentada	3	20%
			Assalariada Rural	15	100%
			Temporária		
			Outros		
			TOTAL		
<b>Ocupação dos Entrevistados</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>Escolaridade das mulheres</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Agricultor	12	80%	Ensino	6	40%
Agricultor e aposentado	3	20%	Fundamental	1	7%
TOTAL	15	100%	Incompleto	5	33%
			Ensino	1	7%
			Fundamental	2	13%
			Completo	15	100%
			Ensino Médio		
			Completo		
			Ensino Superior		
			Pós-Graduação		
			Completa		
			TOTAL		

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Sobre o tempo de atuação na área, os entrevistados responderam que tem memórias do trabalho na Agricultura desde a infância: “desde gurizinho nós trabalhava na roça”, foi a expressão dita por alguns deles, ressaltando que já exerciam a atividade junto com seus pais. Na Agricultura familiar, é corriqueiro que as crianças auxiliem os pais nas atividades diárias, tornando-se, assim, mão de obra desde tenra idade. Isso possibilita que se integrem a diversos trabalhos com a terra e com os animais, auxiliando, acompanhando e aprendendo as pequenas tarefas para que, futuramente, possam exercer o trabalho rural de modo permanente (MENDONÇA et al., 2013 e SILVESTRO et al., 2001).

A faixa etária dos entrevistados, por seu turno, varia entre 24 e 71 anos de idade, com uma média de idade de 48 anos. Isso demonstra a tendência de envelhecimento da população rural, que pode ser percebida entre os produtores de alfafa em Dezesseis de Novembro. A esse respeito, Mendonça et al. (2013, p. 449) esclarecem que o envelhecimento relativo da população do meio rural vem sendo acentuado pela queda no número de jovens que permanecem no campo, “pela migração de retorno ao campo de aposentados urbanos e pelo aumento da expectativa de vida”. Há, ainda, a

preocupação quanto ao envelhecimento da população do meio rural no que tange à necessidade de planejamento e orientação com relação ao processo de sucessão familiar (ZANIN et al., 2014), além de criação de políticas públicas que visem a permanência de jovens no campo.

Com relação à escolaridade dos respondentes (gestores do sexo masculino), houve variação entre ensino fundamental incompleto, ensino médio incompleto, ensino médio completo, ensino superior e pós-graduação completa. Observou-se uma predominância de formação básica e fundamental entre os agricultores entrevistados, isto é, até o ensino médio completo.

Entre os demais membros do núcleo familiar, 15 mulheres foram identificadas, sendo 13 delas esposas dos entrevistados; em outros 2 núcleos, as mulheres são as mães do gestor da propriedade. A faixa etária feminina varia entre a idade mínima de 28 anos e máxima de 79 anos, com mesma média de idade dos homens entrevistados: 48 anos. Cabe ressaltar também que os dados demográficos do sexo feminino são semelhantes aos dados demográficos do sexo masculino nessas UPFs.

A ocupação principal das mulheres que compõem o núcleo das famílias de produtores é a Agricultura, com percentual em torno de 60%. Isto é, para mais da metade das mulheres entrevistadas, o trabalho no campo representa fonte de renda e emprego. Segundo Brumer (2004), existem diversos estudos que avaliam a divisão do trabalho no meio rural por gênero e apresentam conclusão análoga: apesar da importância da mão de obra feminina nas propriedades rurais, há uma subvalorização deste, ainda que mulheres executem as mesmas atividades masculinas e trabalhem tanto quanto os homens.

É imprescindível ressaltar que o trabalho feminino nas unidades de produção familiar dos produtores de alfafa de Dezesseis de Novembro é de fundamental importância. Isso porque além de representarem mão de obra efetiva nas propriedades, elas também participam do processo de tomada de decisão. Esse aspecto, portanto, pode ser considerado como um fator positivo na resignificação do papel da mulher no meio rural, em especial nas famílias analisadas.

As mulheres dos núcleos familiares (33,3%) que exercem outra ocupação apresentam maior grau de instrução do que os homens, algumas com ensino médio, ensino superior e pós-graduação completos. Para Wanderley (2003, p. 53), o trabalho externo realizado pelas mulheres pode apresentar, pelo menos, três significações principais: pode ser compreendido como uma forma de aumentar os ganhos da família; o salário recebido pelas mulheres pode ser uma forma de pagar dívidas do estabelecimento ou investir na produção ou, ainda, pode se apresentar como algo danoso para a família, uma vez que “o trabalho externo da mulher tende a criar um distanciamento em relação ao estabelecimento familiar”.

Assim, pode-se afirmar que as propriedades de produtores de alfafa visitadas em Dezesseis de Novembro possuem como principal característica a Agricultura familiar: para essas famílias, suas pequenas e médias propriedades rurais são um segmento de reprodução social na geração de emprego e renda para a própria sobrevivência. Reitera-se que a principal ocupação entre os entrevistados e suas famílias é a Agricultura e a diversificação encontrada em todas as unidades produtivas. Por fim, cabe ressaltar que a Agricultura familiar, assim como as Agroindústrias familiares destacadas por Etges; Karnopp (2020, p. 279), “tem importantes desdobramentos no território, com a possibilidade de melhorias das condições de renda e da qualidade de vida”. Os Agricultores familiares de Alfafa aqui estudados têm conseguido articular-se com o mercado, mantendo sua autonomia por meio da diversificação e da preservação do seu modo de produzir, e promovendo, assim, o bem estar familiar.

### **Considerações Finais**

A partir de dados obtidos em fontes primárias e secundárias, a presente pesquisa, classificada como qualitativa e descritiva, teve por intuito analisar, a partir de estudos sobre território, os produtores de alfafa e suas unidades de produção no município de Dezesseis de Novembro/RS. As análises realizadas demonstraram que em 86,6% das unidades de produção familiar a principal atividade produtiva é a alfafa. Além disso, há diversificação de atividades e produção para a subsistência. A comercialização dos produtos é realizada por diversos meios, tais como pela comercialização direta, por cooperativas, empresas privadas e agroindústrias.

A renda bruta mensal de 80% das famílias visitadas está entre 2 e 10 salários mínimos; outras 13,3% apresentam uma renda abaixo de 2 salários mínimos, enquanto 6,6% têm renda acima de 20 salários mínimos. No que tange ao tamanho da área total das propriedades, pode-se afirmar que varia entre 5,5 hectares e 120 hectares. Dos entrevistados, 40% são proprietários e arrendatários de terras. São 60% os produtores de alfafa que recebem assistência técnica em suas propriedades, e 93,3% delas possuem acesso à Internet, cujo uso é feito para obter informações sobre diversos assuntos.

Quanto aos entrevistados e suas famílias, especificamente, pode-se afirmar que possuem como principal ocupação a Agricultura praticada em pequenas propriedades de caráter familiar. A gestão de todas as propriedades é de responsabilidade masculina, já que somente em 3 casos as mulheres também assumem a função de gestoras juntamente com os cônjuges. Os núcleos familiares são predominantemente formados por 3 e 2 membros, prevalecendo o modelo de núcleo familiar – pai, mãe e filho(s). A maior prevalência etária entre entrevistados e suas esposas está entre 31 e 60 anos de idade. Quanto à escolaridade desses membros, o ensino fundamental e básico completo é o mais encontrado.

## OS PRODUTORES DE ALFAFA E SUAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR: UM ESTUDO EM DEZESSEIS DE NOVOEMBRO/RS

Com base nos dados analisados, é possível concluir que a produção de alfafa é um meio de reprodução para essas famílias, bem como que as características das propriedades e produtores evidenciam uma desigualdade no tamanho, renda e núcleo familiar, corriqueira no meio rural. A análise e descrição aqui apresentadas buscam contribuir para uma compreensão sobre um dos segmentos mais relevantes para o município de Dezesseis de Novembro e região. Ainda, a partir dos resultados encontrados, pode-se pensar sobre desenvolvimento rural, como um todo, e possibilitar reflexões e ações que busquem diminuir as desigualdades que atingem o espaço rural.

Isso porque o estudo dessa temática, e a apresentação de informações para os entrevistados e para o poder público, são elementos-chave na promoção de políticas que visam o desenvolvimento rural, em nível municipal ou regional. Assim, as análises podem vir a ser utilizadas como base para se pensar o desenvolvimento do município, possibilitando, conseqüentemente, a criação de projetos e iniciativas que visam o progresso local. Através de projetos que integrem as esferas econômicas, sociais e políticas, é possível proporcionar qualidade de vida às pessoas envolvidas.

Cabe destacar a importância desta pesquisa para o estudo de diversas temáticas relativas ao desenvolvimento rural e Agricultura familiar, como também para o desenvolvimento local e regional. Como mencionado, a Agricultura familiar representa garantia de sobrevivência para as famílias que residem no meio rural em Dezesseis de Novembro e, por isso, surgem possibilidades de outras reflexões a partir dos resultados aqui apresentados, a saber: a saída dos jovens deste meio rural, o envelhecimento da população e a importância do trabalho feminino nas famílias de produtores de alfafa deste município. Além disso, os resultados evidenciam as dificuldades e contradições que se estabelecem no território por meio das transformações e ações dos produtores de alfafa e suas interações com outros atores. Por fim, conclui-se que a continuidade desses produtores no meio em que estão inseridos também depende da habilidade dos territórios em garantir a constância desse sistema produtivo, de modo a fortalecer o desenvolvimento rural.

### Referências

- ANES, Carlos Eduardo Ruschel; DEPONTI, Cidonea Machado; AREND, Silvio Cezar. Arranjo Produtivo Local e as Agroindústrias Familiares da Região das Missões: Lógicas Deferentes? **Redes** - Santa Cruz do Sul/RS, v. 23, n. 2, pp. 112-134. maio/ago., 2018. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/11080/pdf>> Acesso em: 5 de dez. 2019.
- ANTONOV, Elizandra. Abordagem geral sobre a cultura da alfafa na geração de renda pela agricultura familiar no município de Dezesseis de Novembro/RS. In: SOUZA, Paula Janete Oliveira de (coord.). **Dezesseis de Novembro Terra Missioneira**. Santo Ângelo: EDIURI, 2007. pp. 06-46.

OS PRODUTORES DE ALFAFA E SUAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR: UM ESTUDO EM DEZESSEIS DE NOVOEMBRO/RS

AQUINO, Joacir Rufino; GAZOLLA, Marcio. SCHNEIDER, Sérgio. Dualismo no Campo e Desigualdades Internas na Agricultura Familiar Brasileira. **Revista de Economia e Sociologia rural**. Piracicaba/SP, v. 56, n. 01, pp. 123-142, jan./mar. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v56n1/1806-9479-resr-56-01-123.pdf>.> Acesso em: 15 de abr. de 2020.

AQUINO, Joacir Rufino de; SCHNEIDER, S. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015. pp. 53-82.

BARROS, Tatiane Fenner. **A identidade econômica do município de Dezesseis de Novembro a partir do cultivo de alfafa**. 2007, Curso de História. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, São Luiz Gonzaga.

BRUMER, Anita. Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura no Rio Grande do Sul. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p. 360, jan/abr. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21699.pdf>> Acesso em: 10 de jan. de 2020.

BRUM, Argemiro J.; TRENNEPOHL, Vera Lúcia. **Agricultura brasileira: formação, desenvolvimento e perspectivas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004. p. 128.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. São Paulo: Ipea, 1998 (Texto para discussão, 621). Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2651>> Acesso em: 09 de jan. de 2020.

CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro; SCHNEIDER, Sérgio. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. C.; MARQUES, P. E. M. (Orgs.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2004. pp. 21-49.

COREDE. Conselho Regional de Desenvolvimento. **Perfil Socioeconômico COREDE Missões**. 2015. Disponível em: <[planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201603/28140705-perfis-regionais-2015-missoes.pdf](http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201603/28140705-perfis-regionais-2015-missoes.pdf)>. Acesso em: 18 de mar. de 2019.

DALCIN, Dionéia. **O processo de tomada de decisão em agricultores de Boa Vista das Missões (RS)**. 2010. 124 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, 2010.

ETGES, Virginia Elisabeta. A região no contexto da globalização: o caso do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, Olgário e SILVEIRA, Rogério (Orgs.). **Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região**. Santa Cruz do Sul: Edunisc. 2001.

ETGES, Virginia Elisabeta; KARNOPP, Erica. A agroindústria familiar no contexto do sistema agrário colonial no Sul do Brasil. **Redes**. Santa Cruz do Sul, v. 25, n. 1, pp. 268-283. jan. 2020. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/14255/pdf>>. Acesso em: 18 de ago. de 2020.

FEE. Fundação de Economia e Estatística. **COREDES**. 2015. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/>>. Acesso em: 09 de mar. 2019.

OS PRODUTORES DE ALFAFA E SUAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR: UM ESTUDO EM DEZESSEIS DE NOVEMBRO/RS

FEE. Fundação de Economia e Estatística. **Perfil Socioeconômico**: Município Dezesseis de Novembro, 2017. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Dezesseis+de+Novembro>> Acesso em: 13 de mar. de 2020.

FUNK, Fabiana. **Agricultura familiar diversificada e qualidade de vida**: O caso do município de São Pedro do Butiá – Rio Grande do Sul. 2008. 198f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Santa Cruz do Sul, 2008.

GRISA, Cátia. As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva. **Desenvolvimento em Debate**. Rio de Janeiro: UFRJ, v.1, n. 2, pp. 8-109, 2010.

GRISA, Catia; NIERDELE, Paulo André. Diversificação dos meios de vida e acesso a atores e ativos: uma abordagem sobre a dinâmica de desenvolvimento local da agricultura familiar. **Cadernos Desenvolvimento Rural**, Bogotá (Colombia), v. 5, n. 61, pp.41-69. jul./dez. de 2008. Disponível em: <<https://revistas.javeriana.edu.co/index.php/desarrolloRural/article/view/1199>>. Acesso em: 27 de mar. de 2020.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 624. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/livros/outras-publicacoes/politicas-publicas-dedesenvolvimento-rural-no-brasil>>. Acesso em: 04 mar 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Agricultura familiar, primeiros resultados: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. ISSN 0103- 6157. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <[https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo\\_agro/resultadosagro/index.html](https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html)> Acesso em: 10 de nov. de 2019.

KARNOPP, Erica, et al. Agroindústrias familiares no Sul do Brasil: o território na perspectiva do desenvolvimento. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**, Ano XVIII, Salvador/BA, v. 2, n. 34, pp. 666-684, ago. 2016. Disponível em: <<https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/4262/2984>>. Acesso em 23 de nov. de 2019.

KIPPER, Inácio. Evolução Político-Administrativa do Estado do Rio Grande do Sul: do município de Rio Pardo ao município de Dezesseis de Novembro. In: SOUZA, Paula Janete Oliveira de (coord.). **Dezesseis de Novembro Terra Missioneira**, Santo Ângelo: EDIURI, 2007. pp. 47-63.

LOPES, Patrick Fernandes et al. O Pronaf e as racionalidades da agricultura familiar. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Ano 24, v. 1, 2016. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/v2/ojs/index.php/esa/article/view/669/435>>. Acesso em: 04 de mar. de 2019.

LEITÃO, Fabricio Oliveira; BRISOLA, Marlon Vinícius. COSTA, Sérgio José. Retrato atual da agricultura familiar e patronal na cidade de UNAÍ/MG. In: XLVI Congresso da sociedade brasileira de economia, administração e sociologia rural – SOBER. Rio Branco. **Anais...** Rio Branco, 2008. Disponível em: <<https://ageconsearch.umn.edu/record/109977/>> Acesso em: 03 de mar. de 2020.

OS PRODUTORES DE ALFAFA E SUAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR: UM ESTUDO EM DEZESSEIS DE NOVEMBRO/RS

LOURENZANI, Wagner Luiz. Capacitação Gerencial de Agricultores Familiares: Uma Proposta Metodológica de Extensão Rural. **Revista Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 8, n. 3, pp. 313-322, 2006. Disponível em: <http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/156>. Acesso em: 20 de abr. de 2020.

MENDONÇA, Kenia Fabiana Cota. et al. Formação, sucessão e migração: trajetórias de duas gerações de agricultores do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 30, n. 2, pp. 445-463, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbepop/v30n2/06.pdf> > Acesso em: 10 de jan. de 2020

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento Rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados**. v.15, n. 43, pp; 83-100. set./dec. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>> Acesso em: 16 de jan. de 2020.

NORTH, Douglas C. **A agricultura no crescimento econômico regional**. Economia Regional: textos escolhidos. Belo Horizonte, 1977.

PECQUEUR, B. Qualite et développement – L’hypothese du panier de biens. In: **Symposium sur le développement regional**. INRA-DADP. Montpellier, 2000.

RASSINI, Joaquim Bartolomeu. Alfafa (Medicago saliva l.). **Estabelecimento e cultivo no Estado de São Paulo**. São Carlos: EMBRAPA-CPPSE, 1998. 22p. (EMBRAPA - CPPSE, Circular Técnica, 15). Disponível em: <[www.alice.cnptia.embrapa.br](http://www.alice.cnptia.embrapa.br)> Acesso em: 31 de mar. de 2020.

SANTOS, Milton. O Território e o Saber Local: Algumas Categorias de Análise. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 2, ago/dez. 1999.

SILVA, Carolina Braz de Castilho E; SCHNEIDER, Sergio. Gênero, Trabalho Rural e Pluriatividade. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO; Rosineide e MENEZES, Marilda (Org.) **Gênero e Geração em Contextos Rurais**. Florianópolis/SC, Ed. Mulheres, 2010, pp. 183-207.

SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial - contribuições ao debate. **Núcleo de Estudos Agrários**, Ano V, n. 17, pp. 23-42, fev. 2005.

SCHNEIDER, Sergio. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. V. 18, n. 51, São Paulo, fev. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988>>. Acesso em: 30 de mar. de 2019.

SILVESTRO, Milton Luiz. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília, DF: Nead/MDA, 2001.

TAYLOR, Steven J.; BOGDAN, Robert. **Introducción a los métodos cualitativos de investigación: la búsqueda de significados**. 4. ed. Espanã: Paidós Ibérica, 1998.

TROIAN; Alessandra. et al. Jovens e a tomada de decisão entre permanecer ou sair do meio rural: Um estudo de caso. **Revista de Extensão e Estudos Rurais** v. 1, n. 2, pp. 349-374, jul./dez. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/rever/article/view/3286>>. Acesso em: 08 de jan. de 2020.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 21, pp. 42-61, out., 2003. Disponível em: <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/238>>. Acesso em: 20 de mar. de 2019.

OS PRODUTORES DE ALFAFA E SUAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR: UM ESTUDO  
EM DEZESSEIS DE NOVEMBRO/RS

ZANIN, Antônio. et al. Gestão das Propriedades Rurais do Oeste de Santa Catarina: as fragilidades da estrutura organizacional e a necessidade do uso de controles contábeis. **Revista Catarinense da Ciência Contábil – CRCSC**, Florianópolis, v. 13, n. 40, pp. 09-19, set./dez. 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4775/477547153002.pdf>> Acesso em: 12 de jan. de 2020.

**Sobre os autores:**

**Tatiane Fenner de Barros-** Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, Campus Cerro Largo/RS. E-mail: tfennerdebarros@gmail.com

**Carlos Eduardo Ruschel Anes-** Professor e Pesquisador do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento e Políticas Públicas da UFFS, Campus Cerro Largo. Doutor em Desenvolvimento Regional – UNISC. Email: carlos.anes@uffs.edu.br

**Dionéia Dalcin-** Professora e Pesquisadora do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento e Políticas Públicas da UFFS, Campus Cerro Largo. Doutora em Agronegócios - UFRGS. Email: dioneia.dalcin@uffs.edu.br